

INFÂNCIA EM QUESTÃO: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela Camila Froehlich¹

Resumo: Este trabalho tem por intuito abordar a Educação Especial no contexto da Educação Infantil, voltando-se o olhar para a sua constituição, suas práticas pedagógicas, as abordagens, a organização e sua atuação, no que permeia este espaço. Para isso relato um trabalho desenvolvido durante o ano de 2018, abordando a díade, Educação Infantil e Educação especial, em uma Unidade de Educação infantil, pela perspectiva da educação inclusiva. Neste período a unidade tinha aproximadamente cento e trinta crianças matriculadas, dentre elas, doze crianças que são acompanhadas pela equipe de Educação Especial, dividindo-se em sete turmas. A equipe era composta por profissionais de diversas áreas, que em um trabalho conjunto priorizam que as crianças participem de todos os espaços da escola, interagindo com todas as crianças e adultos de forma inclusiva. A Unidade conta com o Atendimento Educacional Especializado. Torna-se importante salientar a abordagem pedagógica da Unidade que tem como referencial teórico de RegioEmíla. Assim, priorizar que uma educação com perspectiva inclusiva se efetive com as crianças pequenas, possibilitará a continuidade desse processo em outras etapas de forma mais adequada e efetiva.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Infantil; Inclusão.

Abstract: This work aims to approach Special Education in the context of Early Childhood Education, looking at its constitution, its pedagogical practices, the approaches, the organization and its performance, which permeates this space. For this, I report a work developed during 2018, addressing the dyad, Early Childhood Education and Special Education, in a Early Childhood Education Unit, from the perspective of inclusive education. During this period the unit had approximately one hundred and thirty children enrolled, among them, twelve children who are accompanied by the Special Education team, dividing into seven classes. The team was composed of professionals from different areas, who in a joint work prioritize that children participate in all spaces of the school, interacting with all children and adults in an inclusive manner. The Unit has Specialized Educational Service. It is important to highlight the Unit's pedagogical approach, which has Regio Emíla's theoretical framework. Thus, prioritizing that an education with an inclusive perspective takes place with young children, will allow the continuation of this process in other stages in a more appropriate and effective way.

Keywords: Special Education; Child education; Inclusion.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo abordar a Educação Especial no contexto da Educação Infantil, voltando o olhar para a sua constituição, suas práticas

¹ Especialista em Gestão Educacional – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E mail: danielacroehlich@hotmail.com

REVISTA HUMANITARIS

pedagógicas, as abordagens, a organização e sua atuação, no que permeia este espaço.

A Unidade de Educação Infantil está localizada na cidade de Santa Maria/RS, a qual foi inaugurada no ano de 1989, e atende o público de crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses, em turmas com aproximadamente 18 crianças, numa organização curricular embasada em turmas multi-idade. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) começou no ano de 2011, nesta unidade, com o recebimento de uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM). Anteriormente a este período, crianças público alvo da Educação Especial foram atendidas, mas sem a disponibilidade deste serviço.

Dentre a equipe de profissionais que atuam na Unidade, conta-se com uma equipe multidisciplinar, com psicólogo, nutricionista, técnico em enfermagem, professores pedagogos e professores de educação especial, bolsistas de graduação e pós-graduação dos cursos de Pedagogia e Educação Especial. Também atuam na Unidade estagiários de diferentes áreas de formação, sendo dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Educação Especial e Nutrição o que possibilita espaços formativos para qualificação da prática pedagógica e formação profissional. As sete turmas são nomeadas pelas cores do arco-íris, a amarela, vermelha, azul, azul anil, laranja, verde e violeta a qual incitou a nomeação da Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para Sala “Arco-íris”, nomeação dada pelas próprias crianças da Unidade.

As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. (Documento Orientador Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais, p.6)

O trabalho desenvolvido pelos Educadores Especiais busca garantir acompanhamento tanto para as crianças público alvo quanto aos professores e demais profissionais evidenciando a articulação de práticas entre Educação Especial e a Educação Infantil.

DESENVOLVIMENTO

A Educação Infantil passou por constantes evoluções nas últimas décadas, modificações estas que possibilitaram a ampliação do acesso de crianças pequenas à educação. Devido até então não haver comprometimento legal de legitimar o serviço, sendo reivindicado como dever do Estado assegurar o direito da criança à educação. Dessa forma, a Educação Infantil vem sendo abordada na Constituição Brasileira de 1988, destacando em seu documento a importância da garantia do direito à educação de todos, sendo a Educação Infantil um direito de todas as crianças pequenas, como mostra em seu artigo:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2006, s.p.).

Este documento assegura os direitos das crianças ao acesso à educação adequada atendendo a suas necessidades, mencionando o atendimento educacional especializado no espaço escolar, com a atuação da Educação Especial realizando esse serviço.

A Educação Especial é uma modalidade de educação que, nas escolas regulares, se efetiva por intermédio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) com sujeitos público alvo da Educação Especial, os quais, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Resolução nº 4 de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, são considerados como:

REVISTA HUMANITARIS

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. 1 II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2009, p. 1)

O serviço de Educação Especial a este público, na perspectiva inclusiva deve ter início na Educação Infantil (BRASIL, 2008), com caráter complementar ou suplementar à formação das crianças em processo de inclusão, é nessa fase que se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e do desenvolvimento global. Na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo, entende-se que o AEE não é restrito ao espaço da sala de recursos, mas sim pode perpassar por todo o ambiente da instituição, acontecendo também por meio do ensino colaborativo. O sistema de ensino colaborativo

[...] consiste em uma parceria entre os professores de Educação Regular e os professores de Educação Especial, na qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes. (FERREIRA, MENDES, ALMEIDA, DEL PRETTE, 2007, p. 01)

Oatendimento para crianças pequenas “[...] se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.” (BRASIL, 2008, p. 10). Estimulação Precoce é realizada com crianças de 0 a 3 anos de idade; Intervenção Precoce é realizada com crianças com 0 a 6 anos de idade (ALMEIDA, PAINES e ALMEIDA, 2008).

Esse trabalho articulado entre a Educação Especial e o ensino regular pode propiciar trocas de saberes e parcerias entre a equipe pedagógica, os professores e apoio às crianças, visando o desenvolvimento máximo das crianças (MENDES, VILARONGA, ZERBATO, 2014). Assim, busca-se garantir tanto apoio às crianças público-alvo da Educação Especial quanto aos seus professores, primando por

REVISTA HUMANITARIS

práticas pedagógicas articuladas entre as áreas da Educação Infantil e Educação Especial.

Tendo conhecimento do contexto da Educação Especial, tanto em políticas públicas quanto em práticas pedagógicas, cabe adentrar no relato da prática docente desenvolvido na Unidade. Como mencionado brevemente na parte introdutória do trabalho, a Equipe de Educação Especial que desenvolve suas atividades na UEIIA, vincula-se à Coordenadoria de Ações Educacionais pelo projeto “ Atendimento Educacional Especializado na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo”, com alguns princípios a serem desenvolvidos nesse local, do período de 2017 a 2019, de modo a operacionalizar ações que garanta/possibilite/potencialize de fato um ambiente estimulante e inclusivo.

METODOLOGIA

Para compreender a atuação do Educador Especial neste contexto, como também a Educação Infantil, cabe conhecer como é composta a estruturação das turmas, da proposta de trabalho da Unidade, e assim as práticas pedagógicas abordadas.

A organização de turmas multi-idade é constituída por grupos de crianças pequenas de um ano e onze meses a cinco anos e onze meses, e crianças de dois anos a cinco anos e onze meses. Consiste em agrupar crianças de diferentes idades na mesma turma. Na Unidade tem-se turmas de crianças de dois anos a cinco anos e onze meses e duas turmas de berçário, as quais antecipam a entrada na multi-idade. Segundo Prado (2005, p.6), essa possibilidade se detém na:

[...] capacidade das crianças construir uma relação de referência umas para as outras, no sentido de demonstrar, disputar, sugerir, negociar, convidar, trocar e compartilhar experiências e brincadeiras. Nestes momentos, menores e maiores estabelecem relações mais solidárias e cooperativas do que quando estão separadas.

A diversidade no agrupamento das crianças proporciona diferentes trocas e possibilidades, demandando um trabalho de equipe que entenda e interaja nessa

REVISTA HUMANITARIS

estrutura. A prática docente da Educação Especial ocorre por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que perpassa por todo ambiente da instituição, levando em consideração a Política Nacional de Educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que traz a Educação Especial como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p.10).

Visualizando o contexto da referida Unidade e as crianças acompanhadas pela Equipe de Educação Especial, as articulações e planejamentos das práticas pedagógicas das Educadoras Especiais com os demais profissionais da Unidade, são principalmente acerca destas crianças. Ao total são doze crianças, sendo que sete têm diagnóstico clínico referentes ao público alvo da Educação Especial.

NEE	QUANTIDADE
Síndrome de Down	2
Transtorno do Espectro Autista	3
Deficiência Física	2
Em processo de avaliação	5
Altas Habilidades/ Superdotação	Em processo de identificação

Tabela 1: Crianças com NEE
Fonte: Autor (2018)

Para o trabalho com as crianças é elaborado um é desenvolvido inicialmente pelo Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), o qual é organizado baseado em alguns elementos como a anamnese, na qual realizaram-se conversas com as famílias de cada criança e com outros profissionais que também fazem o acompanhamento com a mesma, priorizando um trabalho que vá atender as

REVISTA HUMANITARIS

demandas das crianças. O é elaborado com base em: 1º) anamnese²; 2º) observações da criança em turma; 3º) intervenções com a criança em sala de recursos a fim de identificar aspectos específicos do desenvolvimento.

Segundo a Resolução nº 4 de 2009, o projeto pedagógico da escola deve prever na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos; IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V – professores para o exercício da docência do AEE; VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Com isso, é importante pontuar que na Unidade tem-se uma Sala de Recursos do Tipo I3, bem como crianças público-alvo da Educação Especial matriculadas. Em relação ao plano do AEE, utiliza-se na Unidade o referencial de Poker (et al., 2013) para organização do Plano de Desenvolvimento Individualizado, no qual consta a organização do AEE.

A seguir visualiza-se duas imagens da Sala de AEE, para possibilitar conhecer um pouco sobre a dinâmica deste atendimento.

²A anamnese trata-se de uma entrevista com familiares próximos, cuidadores ou pessoas que detenham informações dos fatos principais da história de vida da criança público-alvo da Educação Especial. Essa coleta de informações é realizada a fim de proporcionar dados relevantes para conhecer a especificidade de cada criança e planejar as intervenções (ROSA, 2014).

³A Sala de Recursos Multifuncional da instituição, do tipo I, é composta por uma estrutura equipada com recursos que atende a qualquer deficiência. É um espaço físico onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE. Esta sala é equipada com mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento aos alunos



Figura 3: Proposta Sensorial
Fonte: Autor (2018)



Figura 2: Sala de Recursos Multifuncionais
Fonte: Autor (2018)

As ações com as crianças ocorrem por meio do Atendimento Educacional Especializado, e o acompanhamento destas crianças no espaço da sala regular, pensando no trabalho com os professoras das turmas algumas estratégias foram utilizadas, como a elaboração em conjunto dos planejamentos, registros e relatórios, nos quais faz-se uso de ferramentas tecnológicas para facilitar essas trocas, como o “Google Drive”, que proporciona a elaboração conjunta desses materiais quando não se é possível fazer esta troca pessoalmente, o que acabou efetivando-se mais com algumas turmas devido a demandas e possibilidades do momento.

REVISTA HUMANITARIS

Com o acesso aos planejamentos dos professores regentes, é possível contribuir nas propostas desenvolvidas em turma, com intuito de auxiliar e mediar a participação e interação das crianças com necessidades educacionais especiais, potencializando a inclusão em todos os espaços. Assim, o registro é construído em conjunto, para avaliação e observação da criança, contribuindo para prática pedagógica na elaboração de futuras atividades com o intuito de aprimoramentos no contexto educacional.

Os atendimentos realizados na SRM ocorriam semanalmente, com a frequência de uma ou duas vezes na semana, com duração de aproximadamente 50 minutos, podendo ser individualizados como coletivos, o que é planejado visando a aprendizagem da criança. Garantindo assim, que as demandas sejam atendidas sem desconsiderar as políticas públicas que perpassam e orientam as práticas no contexto educacional.

RESULTADOS

Os resultados visualizados neste contexto são muito relevantes, pois perpassa a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil, e poder contar com o trabalho do Educador Especial juntamente com o do Pedagogo para o desenvolvimento destas crianças é relevante. Segundo Mendes (2010, p. 47-48),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Com isso, cabe considerar a importância da infância, de estimular e potencializar esse período, como também o trabalho do Educador Especial nesta

REVISTA HUMANITARIS

modalidade de educação, proporcionando diferentes possibilidades para a aprendizagem.

Conhecer a atuação de Educador Especial em um contexto da Educação Infantil remete várias discussões acerca dessas práticas pedagógicas, para que possam ser pensadas as potencialidades e as melhores condições de aprendizagens a essas crianças. Envolvendo a Educação Especial (EE), requer ainda visualizar essas diversas infâncias e necessidades educacionais individuais e coletivas. Compreender os diferentes público-alvo da EE, e como também esse pode ser pensado, reconhecido, potencializado nesta etapa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo esta Unidade de Educação Infantil como um lugar de possibilidades e considerando as práticas docentes desenvolvidas neste contexto, pode-se visualizar que o trabalho desenvolvido pela equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE), vem ocorrendo de forma significativa tanto para as crianças atendidas, quanto aos demais profissionais atuantes nesta rede pedagógica.

As articulações das práticas docentes perpassam todos os espaços de aprendizagem, pensando as crianças público-alvo da Educação Especial como sujeitos de aprendizagem, estas pertencentes a um todo no contexto educacional, tornando possível a efetivação do processo de inclusão destas crianças.

Assim, a partir desta prática pedagógica, por fazer uso e priorizar o trabalho com diferentes profissionais que atuam na Unidade e pensar a Sala Regular também como local de trabalho do Educador Especial, sem dispensar o atendimento educacional especializado, a Unidade acolhe e busca construir possibilidades de desenvolvimento integral às crianças público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

REVISTA HUMANITARIS

BRASIL –**Documento Orientador Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Ministério da Educação – SECADI. s/d.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 35. ed. Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca**: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 25 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: . Acesso em: 16 mar. 2020.

BRASIL (2009). **Parecer CNE/CEB 020/2009**. Trata da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação; Câmara da Educação Básica,.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, Brasília, 2008.

_____. (2010). Ministério da Educação. Secretaria Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Secretaria Educação Básica. Brasília: MEC, SEB.

REVISTA HUMANITARIS

____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.**
Brasília: ME/SEESP, 2008b.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara, SP:
Junqueira & Marin, 2010.

PRADO, P. D. **“A gente gosta é de brincar com os outros meninos!” Relações sociais entre crianças num jardim de infância.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 683- 14582 688, Maio/Ago. 2005. Disponível em: . Acesso em: maio de 2018.

ROSA, D. F. **REPRESENTAÇÕES ESCOLARES SOBRE A POLÍTICA DE INCLUSÃO.** In:
Educação, inclusão e qualidade [recurso eletrônico] / Leandra Bôer Possa
(organizadora). – Santa Maria, RS : UFSM, Centro de Educação, 2014.